



ORÇAMENTO

Documentos Previsionais

2011

MUNICÍPIO DE BARRANCOS



MUNICÍPIO DE BARRANCOS

CÂMARA MUNICIPAL DE BARRANCOS

Documentos Previsionais ■ 2011



**FICHA TÉCNICA:**

**Propriedade:** Município de Barrancos

**Equipa Técnica:** Divisão Administrativa e Financeira; Divisão de Obras e Serviços Urbanos; Divisão de Acção Sociocultural e Gabinete de Apoio à Presidência.

**Título:** Orçamento 2011 – Documentos Previsionais – Município de Barrancos

**Data:** Dezembro de 2010

*Deliberações de Aprovação:*

*DEL.N.º 164/CM/2010, em 09/12/2010*

*DEL.N.º 13/AM/2010, em 15/12/2010*

© MUNICÍPIO DE BARRANCOS

Câmara Municipal de Barrancos

Praça do Município, 2

7230-030 BARRANCOS

■ Telef. +351 285 950 630 ■ Fax: +351 285 950 638 ■ email: geral@cm-barrancos.pt

www.cm-barrancos.pt



## Índice

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO NACIONAL.....	5
1. ASPECTOS GERAIS.....	7
2. GRANDES OPÇÕES DO PLANO.....	10
2.1 Programas de Intervenção Municipal ( <i>PIM</i> ).....	13
2.1.1. Programa Social.....	13
2.1.1.1. Programa de Intervenção Municipal Educação.....	14
2.1.1.2. Programa de Intervenção Municipal Saúde.....	15
2.1.1.3. Programa de Intervenção Municipal Acção Social.....	16
2.1.1.4. Programa de Intervenção Municipal Serviços Colectivos.....	17
2.1.1.5. Programa de Intervenção Municipal Serviços Culturais.....	19
2.1.2. Programa Económico.....	20
2.1.2.1. Programa de Intervenção Municipal Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca.....	22
2.1.2.2. Programa de Intervenção Municipal Industria e Energia.....	22
2.1.2.3. Programa de Intervenção Municipal Transportes e Comunicações.....	22
2.1.2.4. Programa de Intervenção Municipal Turismo e Comércio.....	23
3. ORÇAMENTO DA DESPESA.....	24
4. ORÇAMENTO DA RECEITA.....	26
5. CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO À DATA DO 3.º TRIMESTRE DE 2010.....	30

### ANEXOS:

- |                                     |   |
|-------------------------------------|---|
| ↳ Orçamento da Receita              | ↳ Orçamento da Despesa                    |
| ↳ Resumo do Orçamento               | ↳ Resumo do Orçamento por Capítulos       |
| ↳ Grandes Opções do Plano (GOP)     | ↳ Plano Plurianual de Investimentos (PPI) |
| ↳ Actividades mais Relevantes (AMR) | ↳ Mapa de Pessoal 2011                    |
| ↳ QUAR: <i>DAF/DOSU/DASC/SMPC</i>   | ↳ Tabela de Taxas 2011                    |
| ↳ Tabela de Preços 2011             | ↳ Mapa de Empréstimos para 2011           |



## Índice de Quadros

Quadro 1 – Grandes Opções do Plano (PPI+AMR) ■ 2011 .....	10
Quadro 2 – Variação nas Grandes Opções do Plano ■ 2008-2011.....	12
Quadro 3 – Variação das Grandes Opções do Plano ■ 2008-2011.....	12
Quadro 4 – Plano Social – Programas de Intervenção Municipal ■ 2008-2011 .....	13
Quadro 5 – Plano Económico – Programas de Intervenção Municipal ■ 2008-2011.....	20
Quadro 6 – Orçamento da Despesa ■ 2008-2011.....	24
Quadro 7 – Orçamento da Receita ■ 2008-2011 .....	27
Quadro 8 – Transferências do OE para o Município de Barrancos ■ 2008-2011.....	29

## Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Distribuição por ano e funções - Grandes Opções do Plano.....	11
Gráfico 2 - Distribuição por funções - Grandes Opções do Plano.....	11
Gráfico 3 – Evolução Planos Social & Económico ■ 2009-2011.....	13
Gráfico 4 – Distribuição da Despesa por Ano ■ 2009-2011 .....	24
Gráfico 5 – Distribuição da Receita ■ 2009-2011.....	28
Gráfico 6 – Evolução das Transferências do Estado para o Município de Barrancos ■ 2009-2011.....	28



## ENQUADRAMENTO ECONÓMICO NACIONAL

A actual situação do País e do Mundo não deixa lugar a dúvidas ou falsas interpretações. Vivemos a maior crise global de que a maioria da população mundial tem memória. Desde há muito adivinhava-se, através de sinais inequívocos e chamadas de atenção de diversas instâncias credíveis, que o acesso ao crédito de forma pouco rigorosa acabaria na actual situação, atrevemo-nos a dizer mesmo, de desespero, na qual vivemos.

Não era preciso ter básicas noções de teoria económica para perceber que a economia vive por ciclos, e que tendíamos para um ciclo baixo! Perante os desenvolvimentos dos últimos anos, só não via quem não vivia nesta realidade.

O inevitável aconteceu.

Manda a boa gestão económica que o Estado, perante tal situação, desenvolva esforços para criar políticas contra-cíclicas, atenuando assim as nefastas consequências que uma crise desta natureza e envergadura possa causar. Como não podia deixar de ser, foram muitos os apoios sociais que o Estado distribuiu numa tentativa de amainar a grave situação das empresas, famílias e a economia em geral. Não se verificou, contudo, como era indispensável, uma forte redução na despesa pública efectiva que permitisse contrabalançar os apoios concedidos, o que levou a que o défice atingido em 2009 fosse de 9,4%, o quinto maior da Zona Euro e 6,4 pontos percentuais acima do “formalmente” imposto pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento.

Não se questionam, portanto, de forma nenhuma, as medidas e apoios, que se implementaram por forma a tentar mitigar uma situação deveras difícil, cremos não haver outra solução, o que sim pode ser questionado, contudo, é se houve rigor na consciência da utilização dos recursos financeiros que se dispunham.

Toda esta situação desemboca numa situação económica instável, numa desconfiança da classe política em geral, numa situação de desconfiança dos consumidores e num Orçamento Governamental com medidas realmente duras para a sociedade em geral.

O retrato do País não é, pois, de todo, agradável. O indicador do clima económico em Portugal é de -0,1% em Outubro de 2010 enquanto que, para o mesmo mês, o indicador de confiança dos consumidores é de -49,4%, ou seja, não se pode esperar, pelo menos no curto prazo, que o consumo privado, um dos motores da nossa economia, ajude na recuperação económica. Como se isto não fosse suficiente, o desemprego no segundo trimestre de 2010 ultrapassa a barreira dos dois dígitos, atingindo um valor de 10,6%, sendo no momento a sexta taxa mais elevada da União Europeia. É sabido que a variável desemprego é aquela que mais tarde reage às dificuldades económicas, isto é, não aumenta assim que a crise se instala mas também não recupera aos primeiros sinais de recuperação económica. Infelizmente, neste momento, não verificamos nem uma diminuição, nem sequer uma estagnação do desemprego, o que mostra que, a recuperação económica está longe de ser uma breve realidade.

Perante tal falta de confiança no clima económico e nas instituições faria falta uma injeção de capital na economia que permitisse aos agentes económicos voltar a ganhar, paulatinamente, a confiança perdida e como tal adivinhava-se que o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) desempenhasse um papel fulcral nesta matéria. Esta seria a medida complementar ideal aos apoios sociais, visto ser sabido a importância que as Pequenas e Médias Empresas têm na economia portuguesa, sobretudo na criação e/ou manutenção de postos de trabalho. Para além disto é inequívoco que a propensão marginal de mais um euro gasto em apoios às Pequenas e Médias Empresas é largamente superior a um euro gasto em apoios sociais pelo que se esperava que a taxa de execução do QREN aumentasse significativamente. Não foi, no entanto, isso que se verificou. Em finais de 2010, prevê-se que a taxa global de execução do QREN ronde, apenas, os 20%.



Perante todo este cenário era de esperar que o Orçamento do Estado para 2011 fosse rigoroso, desequilibrado e angustiante para famílias e empresas. Também, obviamente, era de esperar que fosse rigoroso com os Municípios, contudo, o que não se esperava é que as reduções fossem de tal magnitude, e sem explicação plausível, colocando em risco, a boa gestão e compromisso dos mesmos. Para o nosso Município, do ano de 2010 para o ano de 2011 verificamos um decréscimo de 8,6%, o que em termos absolutos significa receber menos 303.635 euros. Deve-se, também, ter em linha de conta que durante o ano de 2010 verificou-se um corte de 133.714 euros, implicando portanto para o orçamento municipal desse ano, para além de um enorme transtorno na planificação das contas municipais, um decréscimo de 3,79% de receita.

Como se pode ver, não basta ao Governo Central implementar na apertada Lei das Finanças Locais, *Lei nº2/2007 de 15 de Janeiro*, nomeadamente no nº 1 do artigo 37º, o limite ao endividamento municipal, pois em ano de contenção orçamental não se tem em conta ou se diferenciam os cortes consoante o cumprimento ou incumprimento da presente Lei ou sequer as especificidades ou dimensão dos Municípios.

Perante tais dificuldades, e quando muito se fala da entrada do Fundo Monetário Internacional, que inevitavelmente acalmaria os Mercados mas agudizaria a situação do País, mostramos, obviamente, a nossa preocupação mas não descuremos a nossa capacidade para cumprir o princípio da gestão rigorosa, credível e realista sem comprometer o futuro das nossas gerações pois a imagem de confiança e identidade que caracteriza o Município de Barrancos é decisiva para o desenvolvimento futuro.



## 1. ASPECTOS GERAIS

O orçamento e documentos previsionais para 2011 seguem, na sequência da situação económica geral do país, o princípio da contenção da despesa tal e como sucedeu no anterior orçamento para 2010.

Da análise de execução do orçamento de 2010, bem como das prioridades estabelecidas pelo presente executivo, resultou um orçamento que, em resumo, consagra as seguintes medidas:

No que respeita às Grandes Opções do Plano:

- ↳ Diminuição do montante global inscrito em PPI e AMR, face ao ano anterior em 706.816,00 euros, o que representa um decréscimo de 23,77%.
- ↳ Diminuição nas funções gerais em 26,4%, nas sociais em 25,9%; nas funções económicas em 23% e finalmente uma diminuição das outras funções em 15,3 % relativamente ao ano anterior.
- ↳ Aposta nas transferências de capital, por cumprimento dos protocolos estabelecidos com a IPSS – Lar Nossa Senhora da Conceição de Barrancos e Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Barrancos, para as construções do Novo Lar e do Novo Quartel dos Bombeiros, bem como, o cumprimento do protocolo com a ARSA lentejo no que respeita ao novo Centro de Saúde (acessos e espaço exterior).
- ↳ Manutenção nos apoios sociais, dos quais destacamos as bolsas de estudo no ensino superior, oferta de manuais escolares ao 1.º Ciclo, apoio nos transportes escolares, à natalidade, Banco de Ajudas Técnicas e Banco de Medicamentos, à formação e estágios e ainda outros apoios no âmbito de protocolos para acção social vigentes em anos anteriores.
- ↳ Obras de melhoramentos de artérias urbanas, nomeadamente, nos acessos ao novo Lar e nos acessos na zona Lúdica do Baldio (Cineteatro, Parque de Feiras e Exposições, Piscinas e Estádio Municipal), entre outras intervenções dentro da malha urbana.
- ↳ Aposta na oferta cultural com a introdução de actividades no Cineteatro recentemente inaugurado, na realização da ExpoBarrancos, continuar a oferta de actividades no Museu Municipal entre outras actividades a desenvolver ao longo de 2011.
- ↳ Início da revisão do PDM e elaboração do Plano de Urbanização para o Município de Barrancos.
- ↳ Conclusão da 1.ª Fase do Parque Empresarial, nomeadamente as zonas verdes e iniciar a elaboração dos projectos da 2.ª Fase, especialmente o do Centro de Desenvolvimento de Iniciativas Empresariais, destinado a apoiar os investidores nas áreas da formação, consultoria, investigação e serviços comuns.

No que respeita ao Orçamento da Despesa:

- ↳ O orçamento da despesa para 2011 é de 5.894.669 euros distribuídos por 76% para as despesas correntes e 24% para as despesas de capital. Regista-se uma diminuição de verbas inscritas na despesa corrente de 0,65% e de 35,3% na despesa de capital se comparadas com o orçamento de 2010.
- ↳ Decréscimo de 13,1% face a 2008 e de 12% em relação a 2010, sendo que em termos monetários, representa uma diminuição de 806 mil euros face ao ano anterior.



↳ Os maiores cortes no orçamento da despesa, que variam entre os 55% e os 0,01%, verificam-se nas rubricas subsídios com 55%, seguida de passivos financeiros e aquisição de bens de capital com 44,4% e 37,3% respectivamente. As transferências correntes e de capital sofrem um decréscimo face a 2010 em 22,7% e 19,8%, por esta ordem.

↳ Quanto às remunerações certas e permanentes, o orçamento para 2011, com uma dotação de 1.867.607 euros, prevê uma diminuição de custos na ordem dos 50.935 euros face ao ano anterior, o que representa uma diminuição de 2,7% face a 2010.

↳ Por outro lado e, atendendo à necessidade de delimitar os gastos com pessoal, determinou-se ainda a diminuição em 46,4% e de 47,8% no que se refere às despesas com ajudas de custo e horas extraordinárias, respectivamente, sendo também eliminados os subsídios de turno.

Quanto ao Orçamento da Receita:

↳ O orçamento da receita experimenta em 2011 um decréscimo em quase todas as rubricas presentes, verificando-se um valor global de 5.894.669,00 euros, dos quais 49,7% para a receitas correntes e 50,3% para as receitas de capital.

↳ As receitas correntes previstas para o ano representam um decréscimo de 357 mil euros, enquanto que, nas receitas de capital a diminuição prevista é de aproximadamente 449 mil euros, num total de 806 mil euros a menos de receita global para 2011.

↳ Para o mesmo ano, o Orçamento de Estado aprovado, prevê uma diminuição de 5,1% das transferências de Estado para o Município o que representa um valor a menos no orçamento municipal de 169.921,00 euros, situação esta, agravada ainda em 2010, com a diminuição em 3,8% as transferências então previstas o que representou uma diminuição de 133.714,00 euros e que no conjunto perfazem cerca de 338 mil euros a menos nos cofres do Município.

↳ Nos termos do disposto no artigo 14º da Lei 2/2007, de 15 de Janeiro mantém-se a actual situação de não aplicação de derrama para o ano de 2011.

↳ Actualizar os valores das taxas e preços definidos no Regulamento e Tabelas de Taxas e Preços (RTTP) de acordo com o estipulado no artigo 12º do referido regulamento, nomeadamente a indexação ao Índice de Preços no Consumidor - IPC, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística e relativo aos doze meses anteriores disponíveis, antes da aprovação do presente orçamento que é de 0,9%.<sup>1</sup> (*média dos últimos 12 meses, Outubro de 2010*).

↳ Pode e deve ser transferido o custo da Gestão de Resíduos para o consumidor final de forma diferenciada, por aplicação em casos excepcionais e acautelando o princípio da proporcionalidade, taxas de incentivo ou desincentivo, para a fixação do valor final a praticar, devidamente fundamentadas, cujo valor deverá ser fixado com vista a fomentar ou desencorajar, respectivamente, certos actos ou operações, nomeadamente, taxas de desincentivo sobre actividades com impacto ambiental negativo, cujo valor é estabelecido para ressarcir a comunidade dos danos ambientais, reais ou potenciais, decorrentes do exercício de actividades que representem um risco para os bens jurídicos ambientais; ou taxas de incentivo à prática de actividades culturais ou desportivas e ainda no conceito de apoio social sem colocar em causa o serviço até hoje prestado, os preços previstos nos n.º 1, 2, 3 e 4 do artigo 23.º da Tabela de Preços anexo do regulamento mencionado, passarão a ser cobrados no valor actualizado conforme previsto no artigo 12º do RTTP e nas seguintes condições:

- O preço actualizado para o n.º 1 do artigo 23º da Tabela de preços do RTTP será indexado a 50% do consumo de água, medido em m<sup>3</sup>, facturado no mês em questão.

<sup>1</sup> Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I.P.; Boletim Mensal de Estatística – Outubro de 2010; Índice de Preços no Consumidor – Variação média dos últimos 12 meses (pág.35)



- Os preços actualizados para os n.ºs 2, 3 e 4 do artigo 23.º da Tabela de preços do RTTP serão indexados a 100% do consumo de água, medido em m<sup>3</sup>, facturado no mês em questão.

No que respeita ao Endividamento e Capacidade de Endividamento Líquido:

- ↘ A capacidade de endividamento líquido para o Município de Barrancos, aumentou de 809.237,00 euros em Janeiro de 2010, para 1.434.420,44 euros em Dezembro do mesmo ano, o que significa uma melhoria na ordem dos 77% face ao início do período.
- ↘ A capacidade de endividamento de curto prazo é de 100%.
- ↘ O endividamento líquido do Município de Barrancos diminuiu em 15% desde o início do ano de 2010, num valor de 672.380,68 euros.
- ↘ A capacidade de endividamento para empréstimo de médio e longo prazo é agora de 1.776.319 euros o que corresponde a um aumento de cerca de 7% face ao início de 2010.



## 2. GRANDES OPÇÕES DO PLANO

As Grandes Opções do Plano (GOP) englobam as Actividades mais Relevante (AMR) e o Plano Plurianual de Investimentos (PPI).

Para o ano de 2011, as Grandes Opções do Plano englobam uma previsão de 2.268.656,00, distribuídas por 896.098,00 euros para investimentos (PPI) e 1.372.558,00 euros para as Actividades mais Relevantes (AMR).

Comparativamente ao ano anterior, verifica-se um decréscimo nas duas componentes das GOP, sendo que a diminuição no PPI previsto é de 37% e de 11% nas AMR.

As Grandes Opções do Plano, diminuem globalmente em 23,75% face a 2010 e funcionalmente a maior diminuição apresenta-se nas Funções Gerais com um decréscimo de dotação prevista na ordem dos 26%.

**Quadro 1 – Grandes Opções do Plano (PPI+AMR) ■ 2011**

*Valores em euros*

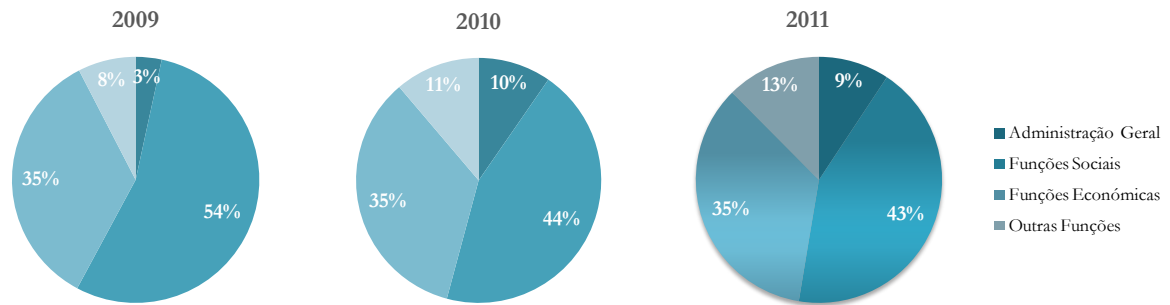
Código	Classificação Funcional	Grandes Opções do Plano 2011			Peso	Variação 2010/2011
		PPI	AMR	GOP		
<b>1</b>	<b>Funções Gerais</b>	<b>78.907,00</b>	<b>132.100,00</b>	<b>211.007,00</b>	<b>9,30%</b>	<b>-26,35%</b>
111	Administração Geral	55.600,00	51.300,00	106.900,00	4,71%	-15,76%
121	Protecção Cível	23.307,00	80.800,00	104.107,00	4,59%	-34,77%
<b>2</b>	<b>Funções Sociais</b>	<b>348.011,00</b>	<b>634.781,00</b>	<b>982.792,00</b>	<b>43,32%</b>	<b>-25,86%</b>
211	Ensino não Superior	1.700,00	5.500,00	7.200,00	0,32%	30,91%
212	Serviços auxiliares de Ensino		39.546,00	39.546,00	1,74%	-16,48%
220	Saúde	4.100,00	25.000,00	29.100,00	1,28%	-7,91%
221	Serviços Individuais de Saúde		30.100,00	30.100,00	1,33%	27,46%
230	Segurança e Acção Social	800,00	217.175,00	217.975,00	9,61%	14,50%
240	Habituação e Serviços Colectivos	61.236,00	48.008,00	109.244,00	4,82%	22,27%
242	Ordenamento do Território	4.200,00	82.500,00	86.700,00	3,82%	-65,92%
243	Saneamento	6.500,00		6.500,00	0,29%	-35,00%
244	Abastecimento de Água	15.500,00	23.500,00	39.000,00	1,72%	44,44%
245	Resíduos Sólidos		48.300,00	48.300,00	2,13%	34,17%
246	Protecção do Meio ambiente e Conservação da Natureza	8.500,00		8.500,00	0,37%	0,00%
250	Serviços Culturais e Recreativos	216.675,00	1.200,00	217.875,00	9,60%	-41,12%
251	Cultura	700,00	83.862,00	84.562,00	3,73%	-24,11%
252	Desporto, Recreio e Lazer	28.100,00	30.090,00	58.190,00	2,56%	-51,70%
<b>3</b>	<b>Funções Económicas</b>	<b>469.180,00</b>	<b>323.300,00</b>	<b>792.480,00</b>	<b>34,93%</b>	<b>-23,05%</b>
310	Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca		250.550,00	250.550,00	11,04%	-28,72%
320	Indústria e Energia	284.700,00	58.700,00	343.400,00	15,14%	-31,74%
330	Transporte e Comunicações	42.100,00	7.700,00	49.800,00	2,20%	-31,59%
331	Transportes Rodoviários	70.950,00		70.950,00	3,13%	609,50%
340	Comércio e Turismo	69.530,00	2.450,00	71.980,00	3,17%	-3,10%
342	Turismo	1.900,00	3.900,00	5.800,00	0,26%	-68,08%
<b>4</b>	<b>Outras Funções</b>	<b>0,00</b>	<b>282.377,00</b>	<b>282.377,00</b>	<b>12,45%</b>	<b>-15,33%</b>
420	Transferências entre Administrações		280.601,00	280.601,00	12,37%	2,69%
430	Diversas não Especificadas		1.776,00	1.776,00	0,08%	-97,05%
<b>TOTAL</b>		<b>896.098,00</b>	<b>1.372.558,00</b>	<b>2.268.656,00</b>	<b>100,00%</b>	<b>-23,75%</b>

No que se refere ao peso das funções nas GOP, o mesmo permanece quase inalterado no período de 2009 a 2011, continuando as Funções Sociais a ocupar a maior parte das despesas inscritas nos documentos com percentagens que variam entre os 54%, 44% e 43% em 2009, 2010 e 2011 respectivamente.

As funções económicas ocupam em 2011 um total de 35% das despesas no global das GOP, variando apenas em montante mas mantendo-se o seu peso no período de 2009 a 2011 (*Gráfico n.º1*).



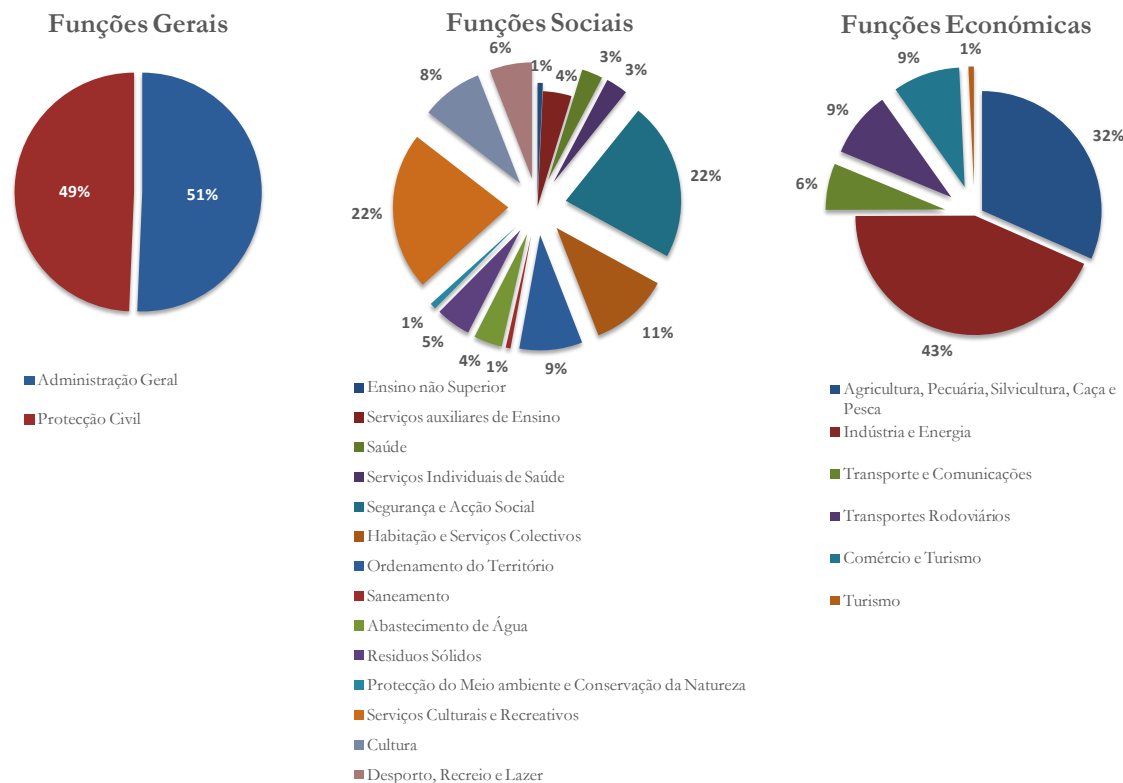
**Gráfico 1 - Distribuição por ano e funções - Grandes Opções do Plano**



A distribuição da despesa prevista por funções nas Grandes Opções do Plano, variam em função das prioridades estabelecidas e atendendo à turbulência da situação económica que directamente afecta a todos os municípios.

Assim, apesar da forte diminuição da despesa inscrita nas GOP, relativamente a anos anteriores, teremos por um lado o reforço da cooperação com as instituições IPSS – Lar Nossa Senhora da Conceição de Barrancos e Associação Humanitária de Bombeiros Voluntário de Barrancos na prossecução dos objectivos traçados em anos anteriores e ao abrigo dos protocolos realizados, na comparticipação de capital, para a realização das obras de construção quer, do Novo Lar, bem como, do Novo Quartel dos Bombeiros. Por outro, os serviços culturais e recreativos, continuam a ter um volume expressivo no conjunto das funções sociais, explicada em grande medida por duas situações distintas, uma delas, a necessidade de continuar a melhorar os equipamentos disponíveis e uma outra, referente à inscrição em Orçamento da dívida existente com a Mimogal, ainda que em processo de falência, constitui um crédito a seu favor e que por força da lei, deverá manter-se até resolução do processo em tribunal.

**Gráfico 2 - Distribuição por funções - Grandes Opções do Plano**





**Quadro 2 – Variação nas Grandes Opções do Plano ■ 2008-2011**

*Valores em euros*

Objectivo	Descrição	2008		2009		2010		2011	
		Valor Definido	variação 08/09	Valor Definido	variação 09/10	Valor Definido	variação 10/11	Valor Definido	peso %
111	Administração Geral	59.645,00	40,2%	83.645,00	51,7%	126.900,00	-15,8%	106.900,00	4,7%
121	Protecção Civil	54.000,00	17,2%	63.300,00	152,1%	159.600,00	-34,8%	104.107,00	4,6%
<b>1</b>	<b>Funções Gerais</b>	<b>113.645,00</b>	<b>29,3%</b>	<b>146.945,00</b>	<b>95,0%</b>	<b>286.500,00</b>	<b>-26,4%</b>	<b>211.007,00</b>	<b>9,3%</b>
211	Ensino não Superior	2.500,00	680,0%	19.500,00	-71,8%	5.500,00	30,9%	7.200,00	0,3%
212	Serviços auxiliares de Ensino	78.769,00	-41,5%	46.100,00	2,7%	47.350,00	-16,5%	39.546,00	1,7%
220	Saúde	28.000,00	183,9%	79.500,00	-60,3%	31.600,00	-7,9%	29.100,00	1,3%
221	Serviços Individuais de Saúde	21.000,00	23,8%	26.000,00	-9,2%	23.616,00	27,5%	30.100,00	1,3%
230	Segurança e Acção Social	62.500,00	77,7%	111.058,00	71,4%	190.366,00	14,5%	217.975,00	9,6%
240	Habituação e Serviços Colectivos	149.800,00	-20,5%	119.077,00	-25,0%	89.350,00	22,3%	109.244,00	4,8%
242	Ordenamento do Território	57.919,00	115,8%	125.000,00	103,5%	254.370,00	-65,9%	86.700,00	3,8%
243	Saneamento	2.500,00	128,0%	5.700,00	75,4%	10.000,00	-35,0%	6.500,00	0,3%
244	Abastecimento de Água	28.919,00	118,0%	63.032,00	-57,2%	27.000,00	44,4%	39.000,00	1,7%
245	Resíduos Sólidos	71.060,00	62,2%	115.224,00	-68,8%	36.000,00	34,2%	48.300,00	2,1%
246	Protecção do Meio ambiente e Conservação da Natureza	26.000,00	28,8%	33.500,00	-74,6%	8.500,00	0,0%	8.500,00	0,4%
250	Serviços Culturais e Recreativos	392.631,00	40,6%	552.140,00	-33,0%	370.048,00	-41,1%	217.875,00	9,6%
251	Cultura	79.343,00	36,9%	108.620,00	2,6%	111.430,00	-24,1%	84.562,00	3,7%
252	Desporto, Recreio e Lazer	27.000,00	3405,6%	946.504,00	-87,3%	120.472,00	-51,7%	58.190,00	2,6%
<b>2</b>	<b>Funções Sociais</b>	<b>1.027.941,00</b>	<b>128,7%</b>	<b>2.350.955,00</b>	<b>-43,6%</b>	<b>1.325.602,00</b>	<b>-25,9%</b>	<b>982.792,00</b>	<b>43,3%</b>
310	Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	687.736,00	-33,3%	458.586,00	-23,3%	351.508,00	-28,7%	250.550,00	11,0%
320	Indústria e Energia	392.000,00	84,8%	724.546,00	-30,6%	503.101,00	-31,7%	343.400,00	15,1%
330	Transporte e Comunicações	58.000,00	-18,1%	47.500,00	53,3%	72.800,00	-31,6%	49.800,00	2,2%
331	Transportes Rodoviários	300.414,00	-31,1%	207.133,00	-95,2%	10.000,00	609,5%	70.950,00	3,1%
340	Comércio e Turismo	196.253,00	-72,7%	53.500,00	38,8%	74.280,00	-3,1%	71.980,00	3,2%
342	Turismo	0,00		0,00		18.171,00	-68,1%	5.800,00	0,3%
<b>3</b>	<b>Funções Económicas</b>	<b>1.634.403,00</b>	<b>-8,8%</b>	<b>1.491.265,00</b>	<b>-30,9%</b>	<b>1.029.860,00</b>	<b>-23,0%</b>	<b>792.480,00</b>	<b>34,9%</b>
420	Transferências entre Administrações	127.010,00	22,2%	155.190,00	76,1%	273.240,00	2,7%	280.601,00	12,4%
430	Diversas não Especificadas	282.512,00	-38,9%	172.600,00	-65,1%	60.270,00	-97,1%	1.776,00	0,1%
<b>4</b>	<b>Outras Funções</b>	<b>409.522,00</b>	<b>-20,0%</b>	<b>327.790,00</b>	<b>1,7%</b>	<b>333.510,00</b>	<b>-15,3%</b>	<b>282.377,00</b>	<b>12,4%</b>
<b>Total (1+2+3+4)</b>		<b>3.185.511,00</b>	<b>36%</b>	<b>4.316.955,00</b>	<b>-31%</b>	<b>2.975.472,00</b>	<b>-24%</b>	<b>2.268.656,00</b>	<b>100%</b>

As principais alterações descritas no quadro acima, nomeadamente a redução em 31% em 2010 e 24% em 2011 das GOP referem-se à concretização de investimentos realizados em anos anteriores em equipamentos colectivos e que contribuirão para a robustez da oferta municipal nas mais diversas áreas, nomeadamente na área cultural, desportiva e principalmente económica. Esses investimentos, que detiveram em anos anteriores enorme peso no PPI, deixaram de o ter, simplesmente pelo facto de as obras se encontrarem concluídas e pagas. Outros investimentos estarão previstos nos próximos anos, no entanto, o ano de 2011 apenas contará com aqueles investimentos que tiverem uma cobertura de co-financiamento, caso do Parque Empresarial, e outras de vital importância, caso de algumas artérias urbanas, nomeadamente as de acesso ao Novo Lar, as de acesso à zona lúdica e desportiva do Baldio, entre outras.

**Quadro 3 – Variação das Grandes Opções do Plano ■ 2008-2011**

*Valores em euros*

Objectivo	Descrição	2008		2009		2010		2011	
		Valor Definido	variação 08/09	Valor Definido	variação 09/10	Valor Definido	variação 10/11	Valor Definido	peso %
1	Funções Gerais	113.645,00	29,3%	146.945,00	95,0%	286.500,00	-26,4%	211.007,00	9,30%
2	Funções Sociais	1.027.941,00	128,7%	2.350.955,00	-43,6%	1.325.602,00	-25,9%	982.792,00	43,32%
3	Funções Económicas	1.634.403,00	-8,8%	1.491.265,00	-30,9%	1.029.860,00	-23,0%	792.480,00	34,93%
4	Outras Funções	409.522,00	-20,0%	327.790,00	1,7%	333.510,00	-15,3%	282.377,00	12,45%
<b>Totais</b>		<b>3.185.511,00</b>	<b>36%</b>	<b>4.316.955,00</b>	<b>-31%</b>	<b>2.975.472,00</b>	<b>-24%</b>	<b>2.268.656,00</b>	<b>100%</b>

As funções sociais experimentam um decréscimo na ordem dos 1.3 milhões de euros face a 2009 e de 342 mil euros em relação a 2010. Por outro lado, as funções económicas experimentam também, uma redução, ainda que menor, na ordem dos 699 mil euros face a 2009 e de 237 mil euros em relação a 2010.

Observa-se ainda uma redução em todas as funções presentes nas Grandes Opções do Plano em 2011 após um acréscimo em 2010 na dotação das funções gerais, por implementação dos Sapadores Florestais.



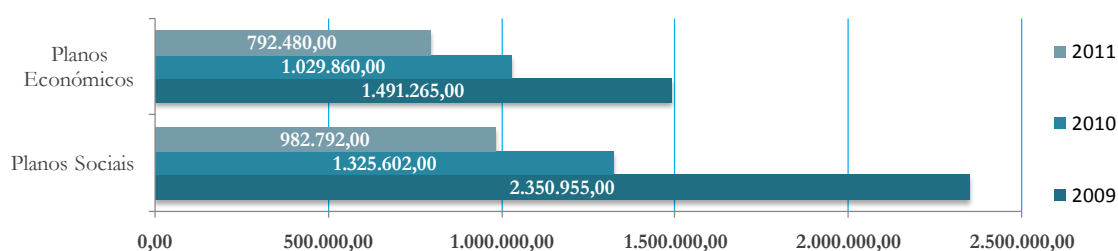
## 2.1 Programas de Intervenção Municipal (PIM)

Os Programas de Intervenção Municipal, adiante designados por PIM, constituem o conjunto de actividades, acções e projectos inscritos nos documentos previsionais para 2011, agrupados por área de intervenção.

Como acontece, em geral, em todo o orçamento de 2011, os planos de intervenção municipal, tanto económico como social, apresentam diminuições substanciais relativamente aos anos anteriores, nomeadamente 2009 e 2010 (*gráfico n.º 3*).

A estrutura da receita no que concerne às transferências directas do Estado aos municípios, diminuiu substancialmente em 2010 e mais expressivamente em 2011, por outro lado as limitações ao endividamento líquido dos municípios impostas pelo PEC 2 e OE2011 têm como consequência, a diminuição da capacidade de investimento especialmente do Município de Barrancos, uma vez que este, continua a ser bastante dependente dessas receitas e das receitas produzidas com a aprovação de co-financiamento de projectos.

**Gráfico 3 – Evolução Planos Social & Económico ■ 2009-2011**



### 2.1.1. Programa Social

No que se refere ao conjunto de intervenções e projectos de âmbito social, o orçamento para 2011 prevê uma dotação de 982 mil euros aproximadamente. Este valor é substancialmente inferior ao de outros anos, nomeadamente ao ano de 2009 em que houve uma verba inscrita de algo mais de 2.3 milhões de euros. É de referir ainda, que os planos prevêem a inscrição de verbas para investimentos em empreitadas e a criação de novos equipamentos colectivos, sendo que, neste momento, a maioria desses equipamentos se encontram em funcionamento e apenas é necessário criar dotações de verbas para a sua manutenção e /ou melhoria. Outros investimentos constam dos planos apresentados, sendo o ano de 2011, reservado especialmente para a elaboração de projectos técnicos de futuros equipamentos colectivos, novos ou intervenções de melhoria e acondicionamento.

**Quadro 4 – Plano Social – Programas de Intervenção Municipal ■ 2008-2011**

Objectivo	Descrição	2008		2009		2010		2011	
		Valor	peso	Valor	peso	Valor	peso	Valor	peso
21	PIM Educação	81.269,00	7,9%	65.600,00	2,8%	52.850,00	4,0%	46.746,00	4,8%
22	PIM Saúde	49.000,00	4,8%	105.500,00	4,5%	55.216,00	4,2%	59.200,00	6,0%
23	PIM Acção Social	62.500,00	6,1%	111.058,00	4,7%	190.366,00	14,4%	217.975,00	22,2%
24	PIM Serviços Colectivos	336.198,00	32,7%	461.533,00	19,6%	425.220,00	32,1%	298.244,00	30,3%
25	PIM Serviços Culturais	498.974,00	48,5%	1.607.264,00	68,4%	601.950,00	45,4%	360.627,00	36,7%
<b>TOTAL - Plano Social</b>		<b>1.027.941,00</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.350.955,00</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.325.602,00</b>	<b>100,0%</b>	<b>982.792,00</b>	<b>100,0%</b>



### 2.1.1.1. Programa de Intervenção Municipal Educação

Apesar dos constrangimentos financeiros a Educação continuará a ser uma das prioridades municipais.

Desta forma, no âmbito do PIM para a educação, as acções são desenvolvidas pelas medidas de Qualificação Escolar e Profissional e de Requalificação do Parque Escolar.

No âmbito da medida Qualificação Escolar e Profissional, destinada a promover a valorização e qualificação pessoal e profissional da população em geral e dos jovens em especial, através das seguintes acções ou projectos:

- Será iniciado o processo de revisão da Carta Educativa do Município de Barrancos;
- Continuará a ser dinamizado o Projecto Educativo Municipal (PEM), iniciado no ano lectivo 2008/2009;
- Será dinamizado, no âmbito do SASE, a 4ª edição do Programa Municipal de Oferta de Manuais Escolares, para todos os alunos do 1º ciclo do Ensino Básico;
- Continuaremos a dinamizar a Componente de Apoio à Família (CAF), no âmbito do pré-escolar, nas modalidades de prolongamento de horários e alimentação;
- Continuaremos a dinamizar as Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC - 1º ciclo), apesar de entender que estas actividades deveriam ser integradas no curriculum escolar;
- Terá continuidade o programa de Prémios de Mérito para os Melhores Alunos do Agrupamento de Escolas de Barrancos, nos termos regulamentares;
- Continuará a ser assegurado o transporte escolar das crianças da educação pré-escolar e do ensino básico, através de viatura municipal;
- Terá continuidade o programa de Participação nos Transportes Escolares do Ensino Secundário, que poderá ser objecto de actualização nos termos regulamentares;
- Terá continuidade o programa de Bolsas de Estudo para o Ensino Superior, nos termos regulamentares, que poderá ser objecto de revisão;
- Continuará a ser assegurado o Serviço de Apoio Psicopedagógico e Serviço de Psicologia e Orientação (SPO), no Agrupamento de Escolas de Barrancos.
- Continuará a ser dinamizado o curso de Alfabetização de Adultos e/ou de educação extra-escolar, com o objectivo duplo de combater o analfabetismo e de contribuir para o convívio inter-generacional;
- Será dinamizado o ATL Férias Escolares, em especial na Páscoa e no Verão, destinado às crianças do pré-escolar e do 1º ciclo, no âmbito do programa Escola a Tempo Inteiro;
- Continuará a ser garantida a integração dos jovens, nas actividades de Ocupação de Tempos Livres (OTL's).
- Serão dinamizados, em parceria com entidades formadoras, e desde que hajam n.º de formandos suficientes e que preencham os requisitos exigidos, cursos de educação e formação de adultos (Cursos EFA), de dupla certificação escolar (6º, 9º e 12º anos) e profissional (Níveis II, III);
- Será reeditado o encontro/recepção à Comunidade Educativa do Agrupamento de Escolas de Barrancos;
- Continuaremos a apostar no projecto Eco-Escolas 2010/2011, em parceria com o Agrupamento de Escolas de Barrancos;
- Continuaremos a valorizar e reforçar a capacidade de intervenção do Conselho Municipal de Educação;
- Manter-se-á a participação activa no Conselho Geral do AEB, assim como na Comissão Permanente;
- Será dinamizada a criação de um Espaço público de Internet;
- Será equacionada a viabilidade de criação de pontos *HotSpots* ou *Wi-Fi* (também conhecido por *WLAN – Wireless LAN* ou *Wireless Fidelity*) em, pelo menos, dois locais da Vila, nomeadamente em equipamentos colectivos.



No âmbito da medida de Requalificação do Parque Escolar, que desenvolve as prioridades de intervenção constantes da Carta Educativa, estão incluídas as seguintes acções ou projectos:

- Continuaremos a renovar, gradualmente, o mobiliário, o equipamento e o material pedagógico para a educação pré-escolar e 1º ciclo do Ensino Básico no AEB;
- Serão instalados, no âmbito do Plano Tecnológico para a Educação, uma Rede de Área Local e dois quadros interactivos, destinados ao Jardim-de-infância e ao 1º ciclo do EB do AEB, nos termos da candidatura já efectuada no âmbito da AMBAAL;
- Serão asseguradas as obras de manutenção e conservação do jardim-de-infância de Barrancos, incluindo o espaço exterior;
- Será renovado o pedido à DRE, de proposta de ampliação do edifício-sede do Agrupamento de Escolas de Barrancos, com a construção de, pelo menos, mais quatro salas de aula;

#### 2.1.1.2. Programa de Intervenção Municipal Saúde

Na área da Saúde serão criadas as medidas de Qualificação dos Serviços de Saúde e de Promoção da Saúde.

No âmbito da medida de Qualificação dos Serviços de Saúde:

- Será executado o protocolo de colaboração com a ARS do Alentejo, nos termos do qual se encontram reguladas as condições para a construção do novo centro de saúde, no edifício da ex-EB2, cujas obras tiveram início em meados de 2010;
- Continuará a ser assegurado o funcionamento do Gabinete da Mobilidade, nos termos do protocolo de colaboração celebrado com a ARS do Alentejo em 04/01/2008.

No domínio da medida de Promoção da Saúde, continuará a ser assegurada a

- Assistência médica de fim-de-semana, cujo modelo de financiamento poderá ser revisto garantindo a racionalização dos custos e a maximização da eficiência e equidade na prestação dos serviços de saúde.

Ainda, neste domínio estaremos em condições de:

- Continuar a pressionar a ARS Alentejo para que nas novas instalações do Centro de Saúde de Barrancos sejam colocados dois médicos de família, garantindo-se, desta forma, a assistência médica e de enfermagem até, pelo menos, às 20 horas;
- Sensibilizar a ARS Alentejo e o Centro de Saúde para a necessidade de promoção de consultas materno-infantil (pediatria e planeamento familiar), com periodicidade quinzenal ou mensal;
- Sensibilizar a ARS Alentejo e o Centro de Saúde para necessidade de dinamização de “cuidados de saúde e de enfermagem ao domicílio”, em especial para as pessoas idosas;
- Será mantida a comparticipação no receituário médico das pessoas carenciadas, nos termos do Banco do Medicamento, em parceria com a Associação de Reformados de Barrancos;
- Colaborar com a Liga Portuguesa Contra o Cancro e outras entidades congéneres no domínio da prevenção e do rastreio de doenças;
- Serão reforçados os equipamentos e o apoio técnico no âmbito do Banco de Ajudas Técnicas, integrando o serviço de fisioterapia para apoio às famílias no manuseamento de familiares doentes, nomeadamente idosos e acamados;
- Continuaremos a dinamizar, no âmbito do Serviço de Apoio Psicossocial, acções de sensibilização para diversas problemáticas no domínio social, da saúde, da infância e da juventude;
- Serão realizadas, no âmbito do Serviço de Fisioterapia, acções de promoção da saúde, prevenção da doença e bem-estar físico (aulas de preparação para o parto, tratamento para a lombar, tratamento para os joelhos, etc.).



### 2.1.1.3. Programa de Intervenção Municipal Acção Social

Dada a fragilidade e a carência sócio-económica de parte da nossa comunidade, esta área continuará a ter um tratamento privilegiado.

- Será dada continuidade ao Programa de Apoio às Famílias (PAF – Barrancos) de incentivo à natalidade, que poderá ser revisto, de forma a garantir a equidade nas suas medidas. Com este programa pretendemos atenuar o despovoamento, incentivando os nascimentos e, a médio prazo, a fixação de população.
- A DASC, através do serviço de Acção Social – com valências de Psicologia e Serviço Social - com o apoio da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco (CPCJ) e a Rede Social, continuarão a responder com a eficácia possível aos problemas sociais, garantindo a sua resolução ou atenuando as suas consequências;
- Será reforçado o programa APOIAR +, no âmbito do qual será dinamizado o Atendimento Social Integrado, criando o “balcão único”, valorizando as parcerias e evitando a fragmentação de apoios e de respostas sociais, no qual estejam disponíveis os serviços técnicos especializados na área da acção social e emprego, entre outras;
- Será reforçado o Banco de Ajudas Técnicas, adquirindo mais equipamentos de apoio e ajuda a pessoas em situação de debilidade física por motivo de doença;
- Será mantido o Banco de Medicamentos, continuando a participar no receituário médico as pessoas idosas, de menores recursos económicos;
- Será garantido o Serviço Apoio Psicossocial, disponibilizando os serviços de psicologia e, eventualmente, de terapia da fala em especial às crianças e jovens e à população em geral;
- Procederemos ao reforço da parceria no âmbito da Equipa de Intervenção Precoce (EIP), de Barrancos e Moura, colaborando na disponibilização das instalações, bem como na disponibilização de recursos humanos essenciais ao funcionamento da equipa, ao apoio logístico e participação financeira em aquisições pontuais de equipamentos, desde que julgados imprescindíveis, como já vem sendo assegurado desde 2006;
- Será reforçado o Serviço de Apoio à Saúde, disponibilizando os serviços de fisioterapia aos utentes idosos e à população em geral, através do Gabinete do Movimento;
- Será reforçada a Oficina Domiciliária, garantindo a prestação de pequenos serviços domésticos aos idosos, nos termos do regulamento já aprovado em 2008;
- Continuaremos a assegurar o Serviço de Apoio Psicossocial e o Serviço de Psicologia e Orientação (SPO), do Agrupamento de Escolas de Barrancos, com a cedência, a tempo parcial, de uma Psicóloga;
- Tentar-se-á reactivar o PROMUFIM, que tem como objecto o financiamento de pequenas obras para melhoria do conforto habitacional de agregados familiares carenciados, nos termos regulamentares, que poderá ser objecto de revisão;
- Será garantido o apoio técnico no âmbito do programa SOLARH (Programa de Solidariedade e Apoio à Recuperação da Habitação) que visa financiar, sob a forma de empréstimo, a realização de obras de conservação ordinária ou extraordinária e de beneficiação de imóveis degradados ou devolutos;
- Será dinamizada a criação da Rede Local de Voluntariado, no âmbito da Rede Social;

Ainda, no domínio dos assuntos sociais, estaremos em condições de:

- Continuar a assegurar a coordenação das actividades da Rede Social e do CLAS.
- Colaborar com a CPCJ de Barrancos, assegurando o seu apoio técnico e logístico;
- Será efectuada a monitorização do Diagnóstico Social de Barrancos e actualização do PDS, bem como a elaboração e monitorização do Plano de Acção para 2010/11;



- Serão identificadas necessidades sociais não abrangidas por respostas tradicionais de acção social, que possam ser objecto de intervenção através de instrumentos oferecidos pelo mercado social de emprego;
- Continuarão a ser apoiadas as actividades do Centro Social e Cultural dos Trabalhadores da CMB;
- Será reforçado o apoio na integração socioprofissional dos beneficiários do RSI;
- Serão promovidas e reforçadas as parcerias activas para o desenvolvimento de acções de combate à toxicod dependência e ao alcoolismo.

Finalmente, na área da acção social, infância e terceira idade, continuaremos a assegurar os compromissos assumidos no Protocolo de Dezembro 2007 e Adenda de Setembro de 2009, tornando realidade um dos projectos que se prevê seja inaugurado no primeiro trimestre de 2011: o novo equipamento social com as valências de Lar, Centro de Dia, SAD e Creche, cujas obras foram iniciadas em Abril de 2009 sob a responsabilidade da IPSS - Lar Nossa Senhora da Conceição de Barrancos, sendo a componente não elegível pelo PARES financiada pelo Município de Barrancos.

Ainda, neste domínio, serão asseguradas as obras de requalificação de acessos e arruamentos na zona do novo Lar de Idosos.

#### 2.1.1.4. Programa de Intervenção Municipal Serviços Colectivos

Finalizado o processo de criação da AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. e que permitiu a execução da Parceria estabelecida conjuntamente entre este Município com a maioria dos Municípios do Baixo Alentejo, a Águas de Portugal, S.A., a AgdA, S.A. e o Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional para Exploração e Gestão do Sistema Público em Parceria Integrada de Águas do Alentejo que inclui o abastecimento de água e o tratamento de águas residuais, estão reunidas as condições para o aumento da qualidade de vida das populações no que se refere ao acesso a esses recursos essenciais.

Em 2011, estará prevista a 1.ª fase de infra-estruturação do Novo Bairro da Floresta perspectivado desde 2008.

Neste Programa, prevê-se ainda e entre outras acções:

- Análise e viabilidade de aquisição ou recuperação dos prédios urbanos degradados ou devolutos, potencialmente susceptíveis de integração num Banco de Habitação destinada a arrendamento ou venda a jovens casais, nos termos a regulamentar.
- Candidatar novamente as obras de conservação dos prédios urbanos não destinados à habitação, pertencentes ao Município de Barrancos e/ou ocupados por outras entidades públicas, caso das instalações da Repartição de Finanças, Conservatória do Registo Civil e Cartório Notarial de Barrancos, Centro de Saúde de Barrancos, Instalações da Guarda Nacional Republicana, entre outros.
- Criar as condições necessárias para iniciar os procedimentos de criação da nova Casa Mortuária.
- Acompanhar os trabalhos da AMBAAL, no âmbito da implementação do Sistema de Informação Geográfico (SIG) no município, incorporando nova cartografia digital e actualizada, no âmbito da candidatura a apresentar em Dezembro de 2010 ao Inalentejo.

No âmbito do Ordenamento do Território, pretende-se recandidatar o Plano Estratégico para a Regeneração Urbana de Barrancos que incluirá novamente as seguintes intervenções:

- Requalificação área de acesso à "Zona Lúdica", sendo que o princípio arquitectónico fundamental para a renovação urbana da envolvente dos equipamentos colectivos: Cineteatro, Parque de Feiras e Exposições, Piscinas Municipais, Estádio de Barrancos e Polidesportivo terá de ter em atenção o carácter do novo espaço lúdico da vila, considerando ainda que, estamos perante uma zona



onde o investimento da Câmara nos últimos anos tem sido elevado e onde radicam praticamente todos os equipamentos colectivos lúdicos

- Requalificação do Largo do Quilgrito, por forma a criar um pequeno parque de estacionamento e área verde.
- Artérias Urbanas - Requalificação de ruas residenciais, tais como a 1. Rua N.ª Senhora da Conceição; Rua D.ª Maria das Dores Fialho Garcia; Rua Jerónimo Vasquez; Rua Noudar; Rua São João de Deus; Rua Dr. Higinio de Sousa; Rua do Cerro; Rua Dr. Leite de Vasconcelos; Rua de Santo António e Rua de Timor, nesta primeira fase.
- Planos de sinalização rodoviária, direccional e informativa (turística), com a finalização de implementação do Plano aprovado.
- Espaço Geriátrico de Lazer, Saúde e Bem-Estar.
- Infra-estrutura de Acesso à Internet em Equipamentos Públicos.
- Requalificação de Edifícios de Interesse.

Ainda neste domínio estão previstas as seguintes actividades internas:

- Elaboração do Plano de Urbanização (PU), determinado pelo n.º 14 da Resolução do Concelho de Ministros n.º 53/2010, de 2 de Agosto – PROT – Alentejo, que tem elaboração obrigatória e terá de estar concluído até Fevereiro de 2012;
- Revisão do Plano Director (PDM), de acordo com o n.º 3 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro, e ainda pelo disposto no n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2010, de 2 de Agosto e ainda pela necessidade de elaboração do Plano de Urbanização do aglomerado urbano da Vila de Barrancos, o qual não pode ser elaborado a partir de um PDM ultrapassado técnica e legalmente, sob pena de criar incompatibilidades ou erros grosseiros, que resultarão em posteriores processos de alteração por adaptação ou rectificação, com todos os encargos económicos, urbanísticos e sociais que a situação gerar. A citada revisão tem de ser iniciada no prazo de um ano após a publicação, de acordo com o n.º 3 da RCM n.º 53/2010, de 2 de Agosto.
- Elaboração do projecto de reformulação do Bar das Piscinas e do Bar do Cineteatro para que possam ser dotados de condições para funcionamento de restaurante.
- Obras de reabilitação e aquisição de equipamentos para o Parque Infantil, compatíveis com as normas em vigor.

No âmbito do Saneamento e Abastecimento de Água iremos:

- Continuar a implementar o Contrato de Parceria Pública Privada, assinado pelos diversos municípios pertencentes ao Baixo Alentejo, as Águas de Portugal, S.A., AgdA, S.A. e o Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, no âmbito do abastecimento de água e saneamento (ETA e ETAR's) do Concelho de Barrancos que irá, definitivamente resolver o problema de abastecimento, qualidade da água e saneamento no concelho de Barrancos.
- Continuar a melhorar as infra-estruturas de esgotos no município.
- Controlo das águas destinadas a consumo público (análises)
- Controlo das águas das piscinas municipais
- Levantamentos topográficos, estudos prévios e projectos de arquitectura e especialidades da rede de água e esgotos municipais.

No âmbito dos Resíduos Sólidos, continuamos a dar importância ao tratamento dos resíduos sólidos e ao mapa de resíduos no sentido de melhorar a qualidade de vida da população em parceria com a Resialentejo, acompanhando e participando em todos os projectos que se considerem benéficos, nesta matéria, para o Concelho.



No âmbito da Protecção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza, terminaremos as acções e actividades do projecto Recursus (Eeagrants), no âmbito do qual serão desenvolvidas as seguintes actividades:

- Organização do Seminário de apresentação de resultados da estratégia de eficiência colectiva;
- Lançamento do livro da Professora Maria Manuel Valagão relativo aos recursos silvestres;
- Organização da Mostra de Recursos Silvestres, enquadrada no âmbito da expoBarrancos;
- Organização de workshops relativos às plantas aromáticas e medicinais e plantas silvestres comestíveis;
- Inauguração do RecurSus – Centro de Demonstração e Sensibilização Ambiental;
- Iniciaremos as medidas e projectos candidatados no âmbito do Programa PROVERE;
- Continuar a apostar no protocolo celebrado entre a EDIA e a Câmara Municipal de Barrancos, cujo objectivo fundamental é a promoção das actividades turísticas e de conservação da natureza;
- Analisar as possibilidades e candidatura a fundos comunitários para o projecto de Requalificação Integrada para o Vale do Múrtega que inclui o Parque de Lazer da Volta do Torno.

#### 2.1.1.5. Programa de Intervenção Municipal Serviços Culturais

No domínio deste PIM da Cultura, Desporto e Recreio, serão executadas as medidas de conservação e Requalificação dos Equipamentos Culturais e Desportivos, de Promoção da Cultura e do Movimento Associativo e de Promoção de Actividade Física, Desporto, Recreio e Lazer. Será ainda, dado início à elaboração dos projectos de arquitectura e especialidades para a criação de um Ginásio Municipal e a adaptação do actual Polidesportivo, num recinto multiusos com capacidade para albergar não só actividades e jogos desportivos, mas também de apoio à celebração de eventos a par com a ExpoBarrancos.

No âmbito da medida da Promoção da Cultura e do Movimento Associativo, procederemos ao desenvolvimento das seguintes acções ou projectos:

- Realização de uma conferência internacional sobre o dialecto barranquenho, que constituirá o início do estudo e de caracterização do nosso dialecto, já classificando como Património Cultural Imaterial de Interesse Municipal (nº 12/AM/2008, de 24 de Junho).
- Procederemos à aquisição, ou edição e reedição de livros sobre o nosso património cultural material e imaterial;
- Procederemos à edição do estudo monográfico sobre o Dialecto Barranquenho;
- Serão apoiados projectos de pessoas singulares ou colectivas direccionadas para a área do património cultural;
- Será elaborado e desenvolvido o Plano de Acção Cultural de Barrancos, com especial destaque para a utilização do Cineteatro;
- Serão iniciados os procedimentos para a elaboração da Carta Arqueológica do município de Barrancos (incluindo o levantamento de minas);
- Serão asseguradas as acções de desenvolvimento do Programa de Apoio ao Movimento Associativo Local (PAMAL), implementado em 2008;
- Terá continuidade a Escola Municipal de Dança;
- Será dada continuidade ao programa Encontros do Museu;
- Será mantida a parceria com o Agrupamento de Escolas de Barrancos (AEB), relativa ao modelo de gestão e de funcionamento da Biblioteca de Barrancos (BB), concluindo o respectivo regulamento geral;
- Serão asseguradas as actividades de dinamização da BB;
- Será assegurada mais uma edição da feira anual do livro, se possível com a presença de um autor de referência;



- Será dinamizado o protocolo de colaboração no âmbito do Plano Nacional de Leitura;
- Será requalificado o Parque Infantil do Miradouro, com a colocação de novos equipamentos infanto-juvenil;
- Serão asseguradas actividades de dinamização de acções e projectos culturais diversos no Posto de Turismo;
- Será comparticipada a edição do livro “As Bandas Filarmónicas no Baixo Alentejo e Alentejo Litoral”, no âmbito do projecto da AMBAAL;
- Será comparticipado o projecto “Revitalização da Flauta de Tamborileiro a Oeste do Guadiana”, em parceria com a Associação Pédexumbo, de Évora;
- Será iniciado o processo de levantamento e registo de todo o acervo documental, fotográfico, vídeo e digital, eventualmente existente, nalguns casos dispersos por vários serviços municipais;
- Serão criadas as condições para início do levantamento de todo o acervo histórico e documental destinado ao futuro Arquivo Histórico-Municipal, para o qual será necessário arranjar instalações e pessoal qualificado.
- Continuaremos a dinamizar iniciativas desportivas e recreativas, algumas já com tradição, tais como os Jogos Desportivos do Município, a Escola de Natação, a Escola Municipal de Desporto, os Campeonatos e/ou Torneios de Futebol de 5-7, entre outros;
- Será renovado o protocolo de colaboração com a AEB para utilização, pela comunidade em geral, do pavilhão gimnodesportivo Paulo Guerra;
- Continuaremos a apoiar, mediante contratos-programa, dentro das possibilidades e limitações orçamentais da CMB, as associações desportivas que participem em campeonatos desportivos regionais, dando preferência às camadas jovens;
- Serão dinamizadas outras iniciativas ou actividades que tenham como finalidade a promoção do desporto em geral e da actividade física em especial;
- Será revisto o regulamento municipal das piscinas municipais;
- Será criada uma dotação específica para atribuição de prémios monetários em provas, torneios ou campeonatos, onde tal se mostre justificado;
- Realização da ExpoBARRANCOS 2011;
- Apoiar as actividades da comissão fabriqueira na prossecução das suas actividades que, para todos os efeitos, é equiparada a associação local sem fins lucrativos;

### 2.1.2. Programa Económico

No que se refere ao conjunto de intervenções e projectos de âmbito económico, o orçamento para 2011 prevê uma dotação de 792.480,00 euros. Os valores inscritos, resultam de um conjunto de projectos iniciados em 2009 e que darão seguimento em 2011, nomeadamente a conclusão do Parque Empresarial de Barrancos, bem como a candidatura da 2.ª Fase que prevê a criação do Centro de Desenvolvimento de Iniciativas Empresariais, entre outras acções relevantes para o desenvolvimento económico do Concelho.

No plano económico para 2011 houve uma redução de verba inscrita na ordem dos 46% e de 23% relativamente aos anos de 2009 e 2010, respectivamente, considerando que, uma parte desse investimento previsto, foi entretanto realizado, nomeadamente o Parque Empresarial.

**Quadro 5 – Plano Económico – Programas de Intervenção Municipal ■ 2008-2011**

Objectivo	Descrição	2008		2009		2010		2011	
		Valor	peso	Valor	peso	Valor	peso	Valor	peso
31	PIM Agricultura, Pec. Silv. Caça e Pesca	687.736,00	42,1%	458.586,00	30,8%	351.508,00	34,1%	250.550,00	31,6%
32	PIM Indústria e Energia	392.000,00	24,0%	724.546,00	48,6%	503.101,00	48,9%	343.400,00	43,3%
33	PIM Transportes e Comunicações	358.414,00	21,9%	254.633,00	17,1%	82.800,00	8,0%	120.750,00	15,2%
34	PIM Comércio e Turismo	196.253,00	12,0%	53.500,00	3,6%	92.451,00	9,0%	77.780,00	9,8%
<b>TOTAL - Plano Económico</b>		<b>1.634.403,00</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.491.265,00</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.029.860,00</b>	<b>100,0%</b>	<b>792.480,00</b>	<b>100,0%</b>

*valores em euros*



Na Estratégia de Desenvolvimento concebida no Modelo Territorial de Planeamento e Desenvolvimento Estratégico das Actividades Económicas do Concelho de Barrancos, estarão previstas acções com horizonte temporal de médio prazo, algumas entretanto já iniciadas e assentes em:

- Capacitação económica do território;
  - Construção e dinamização de infra-estruturas de localização empresarial;
  - Apoio à iniciativa empresarial;
  - Melhoria das acessibilidades e conectividade intermunicipal
- Reforço da fileira do porco alentejano e do montado;
  - Consolidar o desenvolvimento da fileira do porco de raça alentejana;
  - Diversificar o aproveitamento económico do montado;
  - Dinamização institucional do sector agro-pecuário;
- Rentabilização dos recursos turísticos;
  - Aproveitamento e rentabilização turística da Vila Medieval de Noudar;
  - Recuperação de lugares e percursos com potencial turístico;
  - Melhoria da atractividade turística;
  - Reforço da oferta hoteleira.
- Desenvolvimento de actividades complementares;
  - Marketing territorial;
  - Aproveitamento económico dos xistos de Barrancos

Com a construção do Parque, o efectivo desenvolvimento económico, não passa apenas, pela criação das infra-estruturas, há que apostar no apoio aos investidores, aos empreendedores, aos detentores de boas ideias de projecto, à formação e qualificação do activo humano, na melhoria das acessibilidades, na promoção da zona como centro preferente da raia para a realização de eventos de importância e valor acrescentado para a economia local e muitas outras acções que devem acompanhar o esforço financeiro que a câmara irá efectuar com este projecto.

Outros projectos relevantes continuam na componente económica, caso do projecto Eeagrants que abrirá o centro de demonstração RecurSus em parceria com outras entidades, para adopção de uma estratégia sustentável na gestão de explorações de sistemas agro-florestais.

O presente orçamento, contempla também uma estratégia de parceira com outras entidades, no intuito de formalização de projectos comuns e em rede, para aproveitamento dos recursos financeiros oriundos da nova estratégia europeia consagrada nos co-financiamentos para os anos 2007-2013.

Estará previsto também no presente orçamento a recandidatura ao INAlentejo, para a 2.<sup>a</sup> Fase do Plano Estratégico para a Regeneração Urbana de Barrancos, no sentido de continuar a dotar o concelho das infra-estruturas necessárias à sua atractividade turística e económica, contemplando ainda, a necessidade de introduzir melhorias na estrada que liga Barrancos a Espanha.

O Projecto “Vila Medieval de Noudar” – Valorização Turística de Noudar, candidatado ao Programa de Intervenção do Turismo, foi candidatado em Junho de 2009, e após decisão de aprovação em 2010, fomos confrontados com uma verba de co-financiamento na ordem dos 30% o que inviabiliza financeiramente a possibilidade desta Câmara Municipal enfrentar 70% do total do custo da operação candidatada. Neste sentido serão iniciados os procedimentos para uma recandidatura, e desta vez ao Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha – Portugal, no intuito de obter taxas de co-financiamento bastante mais atractivas, na ordem dos 75%.

O Plano Económico, prevê investimentos divididos por Programas de Intervenção Municipais nomeadamente nas áreas de Agricultura, Pecuária, Silvicultura Caça e Pesca; Indústria e Energia; Transporte e Comunicações e Comércio e Turismo



### 2.1.2.1. Programa de Intervenção Municipal Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca

Neste programa, concluir-se-á o projecto aprovado com co-financiamentos orientado para a adopção de estratégia de sustentabilidade das explorações agro-florestais, no âmbito do Fundo Eeagrants. As acções previstas no programa contribuem nomeadamente para:

- Criação de um centro de demonstração de explorações agro-florestais num sistema de gestão sustentável que se perspectiva ser inaugurado em 2011;
- Acções de demonstração com agricultura biológica e uso dos recursos naturais.
- Contributo para os agricultores locais, na medida em que poderão fazer uso dos conhecimentos transferidos para o território, sobre gestão sustentável de explorações agro-florestais.

Foram criadas as condições para a implementação do Gabinete Técnico Florestal de Barrancos, Moura e Serpa em 2008, que funciona em Barrancos em coordenação com a Protecção Civil e a DOSU e dará seguimento, agora, com a recentemente criada Equipa de Sapadores Florestais.

### 2.1.2.2. Programa de Intervenção Municipal Indústria e Energia

No âmbito da área Indústria e Energia, continua a ser em 2011, o programa de maior importância, sobretudo porque é nele que se prevêem acções que contribuem para a atractividade do território local para a fixação de empresas e consequente aumento da oferta de emprego local, nomeadamente:

- Conclusão da candidatura 1.ª Fase do Parque empresarial que incluirá os espaços verdes e candidatura da 2.ª fase para a criação dos equipamentos colectivos e o Centro de Desenvolvimento de Iniciativas Empresarias.
- Continuação da Venda de lotes do parque empresarial, conforme estipulado no regulamento de venda de lotes aprovado em Assembleia Municipal em 2007.
- Analisar a possibilidade de longo ao ano de 2011, criar um fundo de apoio a pequenas iniciativas empresarias em parceria com entidades financeiras e outras entidades de suma importância no apoio a investidores e empresas, caso do IAPMEI, a ADRAL e/ou outras, conforme se considere conveniente para o município e as empresas.
- Consolidar o projecto de gabinete de apoio ao desenvolvimento (GAD). Gabinete este que prestará apoio em consultoria aos empresários, investidores e seus projectos e ideias de investimento.
- Disponibilizar a página Web do PEB, dedicada em exclusivo ao apoio aos empresários e investidores, com a possibilidade de consulta sobre todo o projecto Parque Empresarial e informações pertinentes sobre apoios, financiamentos, acções de formação e outras matérias de interesse para o tecido empresarial.
- Estabelecimento de parcerias para definição de projectos futuros de enquadramento no fundos comunitários nos diferentes programas e iniciativas comunitárias existentes no pacote financeiro europeu 2007-2013 referentes à dinamização económica dos territórios

### 2.1.2.3. Programa de Intervenção Municipal Transportes e Comunicações

Na área dos Transportes e Comunicações, prevêem-se entre outras iniciativas:

- A reabilitação de vias e caminhos municipais, nomeadamente os acessos a Barrancos e que são da competência da Câmara Municipal de Barrancos.



- Finalizar a implementação do plano de sinalização já aprovado em 2008.
- Compra e colocação de sinalização turística.
- Projectar acções de reabilitação urbana em artérias degradadas no sentido de melhorar as condições actuais de acessibilidades dentro da vila e do perímetro urbano.
- Recandidatar o Plano Estratégico para a Regeneração Urbana que contemplará a estrada Internacional que liga Barrancos a Encinasola (Espanha) e a requalificação das Ruas 1.º de Dezembro e Forças Armadas.

#### 2.1.2.4. Programa de Intervenção Municipal Turismo e Comércio

Na área de Turismo e Comércio, estão previstas as seguintes acções:

- Recandidatura do Projecto Valorização Turística de Noudar que contempla acções de Restauro e Recuperação no Castelo de Noudar, a promoção e conteúdos interpretativos, um plano de Marketing, obras de restauro e recuperação na capela do castelo de Noudar e obras de intervenção arqueológica.
- Numa lógica de complementaridade natureza/ambiente e património cultural, já objecto de identificação, será dinamizada a Marca “Barrancos, Capital do Presunto”, sob a qual serão divulgadas as potencialidades do município de Barrancos.
- Estão criadas as condições para o lançamento da página Web - Turismo de Barrancos e elaboração do Plano Estratégico de Turismo de Barrancos;
- Iniciaremos a criação de Percursos Turísticos Integrados, envolvendo na sua realização o Parque de Natureza de Noudar, bem como a dinamização do espaço do Castelo de Noudar.
- Participaremos activamente nas feiras, certames e outros eventos nacionais ou estrangeiros, para divulgação da marca Barrancos TERRA ÚNICA e Barrancos CAPITAL DO PRESUNTO.
- Será promovida mais uma edição da ExpoBARRANCOS (Feira dos Enchidos e do Presunto de Barrancos), no Parque de Feiras e Exposições;
- Será desenvolvido um plano de utilização do Parque de Feiras e Exposições de Barrancos, prevendo, entre outras, a dinamização de feiras temáticas para rentabilização do espaço;
- Serão dinamizadas, no âmbito do Posto de Turismo, iniciativas orientadas para a valorização e divulgação do artesanato, dos artistas plásticos locais, nacionais e estrangeiros;
- Serão apresentadas propostas de participação no Parque de Natureza de Noudar, que consideramos de interesse para o aproveitamento, valorização e divulgação do património natural de Barrancos.



### 3. ORÇAMENTO DA DESPESA

O orçamento da despesa para 2011 é de 5.894.669 euros distribuídos pela razão de 76% para as despesas correntes e 24% para as despesas de capital. Regista-se uma diminuição de verbas inscritas na despesa corrente de 0,65% e de 35,3% na despesa de capital se comparados com o orçamento de 2010.

Relativamente a anos anteriores, a diminuição registada no presente documento é de 13,1% face a 2008 e de 12% em relação a 2010. Já no ano passado registou-se uma diminuição global do orçamento face a 2009 na ordem dos 17,3%. Em termos monetários, o decréscimo dos valores inscritos em orçamento para 2011 significam uma diminuição de 806 mil euros aproximadamente face a 2010.

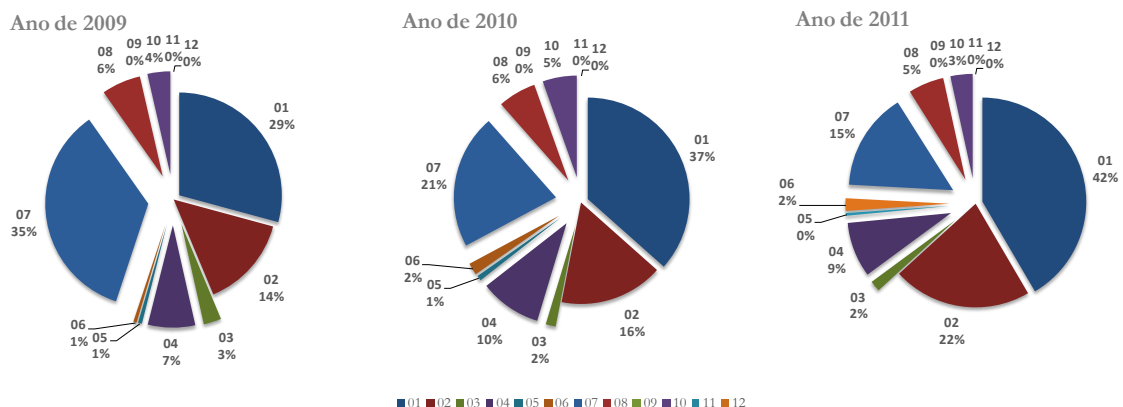
Quadro 6 – Orçamento da Despesa ■ 2008-2011

		<i>Valores em euros</i>							
Class.	Designação	2008	%	2009	%	2010	%	2011	%
01	Despesas com o pessoal	2.414.130,00	35,6%	2.368.976,00	29,2%	2.451.135,00	36,6%	2.450.967,00	41,6%
02	Aquisição de bens e serviços	921.135,00	13,6%	1.174.583,00	14,5%	1.104.637,00	16,5%	1.274.584,00	21,6%
03	Juros e outros encargos	179.600,00	2,6%	224.900,00	2,8%	106.527,00	1,6%	98.800,00	1,7%
04	Transferências correntes	905.791,00	13,4%	603.305,00	7,4%	655.431,00	9,8%	506.750,00	8,6%
05	Subsídios	62.320,00	0,9%	50.000,00	0,6%	55.000,00	0,8%	25.000,00	0,4%
06	Outras despesas correntes	38.400,00	0,6%	42.937,00	0,5%	127.500,00	1,9%	114.900,00	1,9%
<b>Despesas Correntes</b>		<b>4.521.376,00</b>	<b>66,7%</b>	<b>4.464.701,00</b>	<b>55,1%</b>	<b>4.500.230,00</b>	<b>67,2%</b>	<b>4.471.001,00</b>	<b>75,8%</b>
07	Aquisição de bens de capital	1.860.679,00	27,4%	2.852.021,00	35,2%	1.431.231,00	21,4%	896.098,00	15,2%
08	Transferências de capital	121.705,00	1,8%	499.366,00	6,2%	405.613,00	6,1%	325.350,00	5,5%
09	Activos financeiros	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
10	Passivos financeiros	277.000,00	4,1%	290.000,00	3,6%	363.904,00	5,4%	202.220,00	3,4%
11	Outras despesas de capital	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
12	Operações extra-orçamentais	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
<b>Despesas de Capital</b>		<b>2.259.384,00</b>	<b>33,3%</b>	<b>3.641.387,00</b>	<b>44,9%</b>	<b>2.200.748,00</b>	<b>32,8%</b>	<b>1.423.668,00</b>	<b>24,2%</b>
<b>TOTAL DO ORÇAMENTO DESPESA</b>		<b>6.780.760,00</b>	<b>100,0%</b>	<b>8.106.088,00</b>	<b>100,0%</b>	<b>6.700.978,00</b>	<b>100,0%</b>	<b>5.894.669,00</b>	<b>100,0%</b>

Comparativamente ao ano anterior, todas as rubricas com presença no orçamento da despesa sofrem uma diminuição de verbas inscritas, à excepção da aquisição de bens e serviços que aumenta 15% face ao ano anterior. Esta subida é explicada fundamentalmente com o custo da água, que passou a constituir uma aquisição de serviços facturada pelas Águas de Portugal, directamente ao Município, na ordem dos 100.000 euros ano.

Os maiores cortes no orçamento da despesa, que variam entre os 55% e os 0,01%, verificam-se nas rubricas subsídios com 55%, seguida de passivos financeiros e aquisição de bens de capital com 44,4% e 37,3% respectivamente. As transferências correntes e de capital sofrem um decréscimo face a 2010 em 22,7% e 19,8%, por último os cortes menos significativos, observam-se nas despesas com pessoal, com um 0,01% e juros e encargos em 7,25% de decréscimo face a 2010.

Gráfico 4 – Distribuição da Despesa por Ano ■ 2009-2011





As rubricas de maior peso, no âmbito das despesas correntes são as despesas com pessoal com 55%, seguida da aquisição de serviços com 21,6%. No conjunto, ambas rubricas consomem 83% da dotação inscrita nas despesas correntes do orçamento de 2011. Por outro lado, o peso das despesas com pessoal e de aquisição de bens e serviços, contribuem com 41,6% e 21,6% no total do orçamento da despesa, ou seja, representam 63% do consumo da despesa para 2011.

No que se refere às despesas de capital, verifica-se que a rubrica com maior representatividade no orçamento é a de aquisição de bens de capital (investimentos) com um peso de 15,2% face ao orçamento global e 63% no que respeita às despesas de capital previstas, seguida da rubrica transferências de capital que representam 5,5% do orçamento global e 23% das despesas de capital para 2011.

Relativamente às maiores oscilações no período compreendido entre 2009 e 2011, merecem destaque as rubricas de despesas com pessoal que passam de 29% a 42%, respectivamente face ao seu peso relativo no conjunto do orçamento da despesa. Por outro lado, e atendendo aos últimos investimentos realizados e pagos, também esta rubrica oscila, no sentido contrário à anterior rubrica, ocupando um peso relativo em 2009 de 35% para os actuais 15% em 2011.

Quanto às remunerações certas e permanentes, o orçamento para 2011, com uma dotação de 1.867.607 euros, prevê uma diminuição de custos na ordem dos 50.935 euros face ao ano anterior.

Numa lógica do cumprimento face ao PEC2 em Maio de 2010 e agora com o Orçamento de Estado para 2011, a Câmara Municipal de Barrancos, inclui no seu orçamento a diminuição em cerca de 2,7% ao nível das remunerações. Por outro lado e, atendendo à necessidade de delimitar os gastos com pessoal, determinou-se ainda a diminuição em 46,4% e de 47,8% no que se refere às despesas com ajudas de custo e horas extraordinárias, respectivamente, sendo também eliminados os subsídios de turno.

No âmbito das medidas de receita contributiva, vem o OE2011 determinar o aumento em 1 p.p. da contribuição dos trabalhadores para a CGA, alinhando com a taxa de contribuição para a Segurança Social.

*“No âmbito da Caixa Geral de Aposentações serão também tomadas medidas com impacto em termos orçamentais. Importa salientar o aumento das quotas dos funcionários públicos e equiparados para a Caixa Geral de Aposentações, I.P., que de 7,5% para aposentação e 2,5% para pensão de sobrevivência, previstas no Decreto-Lei n.º 78/94, de 9 de Março, são actualizadas para 8% e 3%, respectivamente, atingindo a percentagem unitária de 11%. Trata-se de padronizar com o montante total da percentagem do desconto com o vigente para os contribuintes do regime geral de segurança social, regime com o qual a CGA se encontra em convergência.”*

*Relatório OE2011, pág. 78, Governo de Portugal*

Está previsto ainda, o aumento da dotação na rubrica destinada a pagamento de indemnizações por cessação de funções, correspondentes aos contratos a termo, cujo término ocorrerá durante o ano de 2011. Inclui-se também em orçamento municipal, verbas correspondentes ao aumento previsível das contribuições para a ADSE, por parte das entidades empregadoras e processadoras de pensões, cujo quantitativo corresponderá ao produto da aplicação de uma percentagem sobre, respectivamente, a remuneração ou pensão mensal paga a cada um dos respectivos trabalhadores e pensionistas de aposentação ou de reforma que seja beneficiário titular da ADSE.

Assim, ao nível das despesas com pessoal, prevê-se para 2011, um montante aproximado ao estimado em 2010, ainda que com uma redução nas remunerações na ordem dos 2,7%, mas um aumento nas contribuições para a Segurança Social de 2,8% face ao ano anterior.



#### 4. ORÇAMENTO DA RECEITA

As receitas fiscais cobradas nos últimos anos continuam a ser pouco expressivas, quer no total das receitas correntes, quer no global das receitas. Em 2009, esse peso foi de 1,8% e portanto, contribuindo muito pouco para as receitas globais do município, que continua na dependência das transferências directas do Estado.

No respeito pela lei vigente sobre a dotação em orçamento no que se refere às receitas fiscais, determina que deve ser considerada a média da receita efectivamente cobrada de anos anteriores, pelo que, no orçamento para 2011, tais receitas continuam a ocupar um peso insignificante de 2% face às receitas globais.

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 14º da Lei 2/2007, de 15 de Janeiro, “Os Municípios podem deliberar lançar anualmente uma derrama, até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território”.

A câmara Municipal de Barrancos, tem optado por resistir ao lançamento de derramas, cujo produto constitui uma fonte de financiamento de despesas de investimento.

No entanto, e considerando que, apesar da redução das receitas, nomeadamente das transferências de Estado, obrigam à tomada de decisões, especialmente sobre o lançamento de derrama, que se afigura indispensável ao cumprimento das metas da receita, mas que, ao mesmo tempo, vem a agravar a carga fiscal sobre as empresas, decidiu-se manter a actual situação de não aplicação de derrama por este município para o ano de 2011.

Em relação ao Regulamento e Tabelas de Taxas e Preços (RTTP), aprovado em Assembleia Municipal de Barrancos, pela deliberação n.º 03/AM/2010, de 29/04/2010, sob proposta da Câmara Municipal de Barrancos, pela deliberação n.º 053/CM/2010, de 26/04/2010, aprovadas, ambas por unanimidade, procede-se agora à actualização dos valores das taxas e preços neles constante de acordo com o estipulado no artigo 12º do referido regulamento, nomeadamente o Índice de Preços no Consumidor - IPC, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística e relativo aos doze meses anteriores disponíveis, antes da aprovação do presente orçamento que é de 0,9%.

Quanto aos valores dos preços previstos para os n.º 1, 2, 3 e 4 do artigo 23.º da Tabela de Preços, anexo do regulamento mencionado, apesar da necessária actualização conforme determina o artigo 12 do RTTP e considerando:

- As dificuldades que o País atravessa ao nível das finanças públicas onde as soluções adoptadas e a adoptar terão inevitavelmente consequências directas e indirectas nos consumidores, independentemente dos seus status socioeconómico;
- O Município de Barrancos apresenta, estruturalmente, taxas de desemprego elevadas, com consequências directas na capacidade de consumo e no potencial poder de compra disponível;
- Faz parte das atribuições dos Municípios a cobrança de taxas e preços a praticar nos serviços que presta à comunidade em geral e, mais especificamente, deve e pode amenizar os impactos negativos e ou restritivos ao consumo facilitando assim, a tomada de posições e medidas sociais no sentido de minorar esses impactos;
- A água como recurso primário, ao dispor da população para a satisfação das suas necessidades básicas, implica directamente o pagamento de uma taxa de Gestão dos Resíduos Sólidos;
- A taxa de Gestão dos Resíduos Sólidos a cobrar, se apresenta como principal consequência no aumento global da factura de consumo de água;
- Pode e deve ser transferido o custo da Gestão de Resíduos para o consumidor final de forma diferenciada, por aplicação em casos excepcionais e acautelando o princípio da proporcionalidade, taxas de incentivo ou desincentivo, para a fixação do valor final a praticar, devidamente



fundamentadas, cujo valor deverá ser fixado com vista a fomentar ou desencorajar, respectivamente, certos actos ou operações, nomeadamente, taxas de desincentivo sobre actividades com impacto ambiental negativo, cujo valor é estabelecido para ressarcir a comunidade dos danos ambientais, reais ou potenciais, decorrentes do exercício de actividades que representem um risco para os bens jurídicos ambientais; ou taxas de incentivo à prática de actividades culturais ou desportivas e ainda no conceito de apoio social sem colocar em causa o serviço até hoje prestado;

Assim e ao abrigo do n.º 4 do artigo 5.º do Regulamento de Taxas e Preços do Município de Barrancos os preços previstos nos n.º 1, 2, 3 e 4 do artigo 23.º da Tabela de Preços anexo do regulamento mencionado, passarão a ser cobrados no valor actualizado conforme previsto no artigo 12º do RTTP e nas seguintes condições:

- O preço actualizado para o n.º 1 do artigo 23º da Tabela de preços do RTTP será indexado a 50% do consumo de água, medido em m<sup>3</sup>, facturado no mês em questão.
- Os preços actualizados para os n.ºs 2, 3 e 4 do artigo 23º da Tabela de preços do RTTP serão indexados a 100% do consumo de água, medido em m<sup>3</sup>, facturado no mês em questão.

### Quadro 7 – Orçamento da Receita ■ 2008-2011

*Valores em euros*

Class.	Descrição	2008	%	2009	%	2010	%	2011	%
01	Impostos directos	135.020,00	2,0%	115.290,00	1,4%	124.403,00	1,9%	80.350,00	1,4%
02	Impostos indirectos	43.253,00	0,6%	9.617,00	0,1%	3.177,00	0,0%	3.003,00	0,1%
04	Taxas, multas e outras penalidades	42.520,00	0,6%	21.347,00	0,3%	13.858,00	0,2%	26.650,00	0,5%
05	Rendimentos da propriedade	12.800,00	0,2%	5.500,00	0,1%	74.300,00	1,1%	75.100,00	1,3%
06	Transferências correntes	2.760.252,00	40,7%	2.642.180,00	32,6%	2.815.852,00	42,0%	2.500.355,00	42,4%
07	Venda de bens e serviços correntes	126.900,00	1,9%	141.967,00	1,8%	165.624,00	2,5%	218.500,00	3,7%
08	Outras receitas correntes	92.500,00	1,4%	72.500,00	0,9%	92.500,00	1,4%	28.000,00	0,5%
	<b>Receitas Correntes</b>	<b>3.213.245,00</b>	<b>47,4%</b>	<b>3.008.401,00</b>	<b>37,1%</b>	<b>3.289.714,00</b>	<b>49,1%</b>	<b>2.931.958,00</b>	<b>49,7%</b>
09	Venda de bens de investimento	1.348.000,00	19,9%	923.500,00	11,4%	760.000,00	11,3%	511.400,00	8,7%
10	Transferências de capital	2.193.515,00	32,3%	3.363.126,00	41,5%	2.454.264,00	36,6%	2.254.211,00	38,2%
11	Activos financeiros	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
12	Passivos financeiros	0,00	0,0%	800.061,00	9,9%	197.000,00	2,9%	197.000,00	3,3%
13	Outras receitas de capital	26.000,00	0,4%	11.000,00	0,1%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	100,00	0,0%
16	Saldo da gerência anterior	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
17	Operações extra-orçamentais	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
	<b>Receitas de Capital</b>	<b>3.567.515,00</b>	<b>52,6%</b>	<b>5.097.687,00</b>	<b>62,9%</b>	<b>3.411.264,00</b>	<b>50,9%</b>	<b>2.962.711,00</b>	<b>50,3%</b>
	<b>TOTAL DO ORÇAMENTO RECEITA</b>	<b>6.780.760,00</b>	<b>100,0%</b>	<b>8.106.088,00</b>	<b>100,0%</b>	<b>6.700.978,00</b>	<b>100,0%</b>	<b>5.894.669,00</b>	<b>100,0%</b>

Com um montante aproximado de 4,7 milhões de euros aparecem as transferências correntes e de capital, que ocupam só por si, 82% do peso relativo face ao orçamento global da receita. Nestas rubricas, para além da inscrição das verbas por transferências do Orçamento de Estado, estão também, as transferências de co-financiamentos a receber dos projectos e operações aprovados nos QCAIII e QREN.

Tal como acontece no orçamento da despesa, também o da receita experimenta em 2011 um decréscimo em quase todas as rubricas presentes. Apenas as taxas, multas e outras penalidades, rendimentos da propriedade e venda de bens e serviços correntes, apresentam um aumento em relação a 2010, na ordem dos 92 %, 11% e 32%, respectivamente.

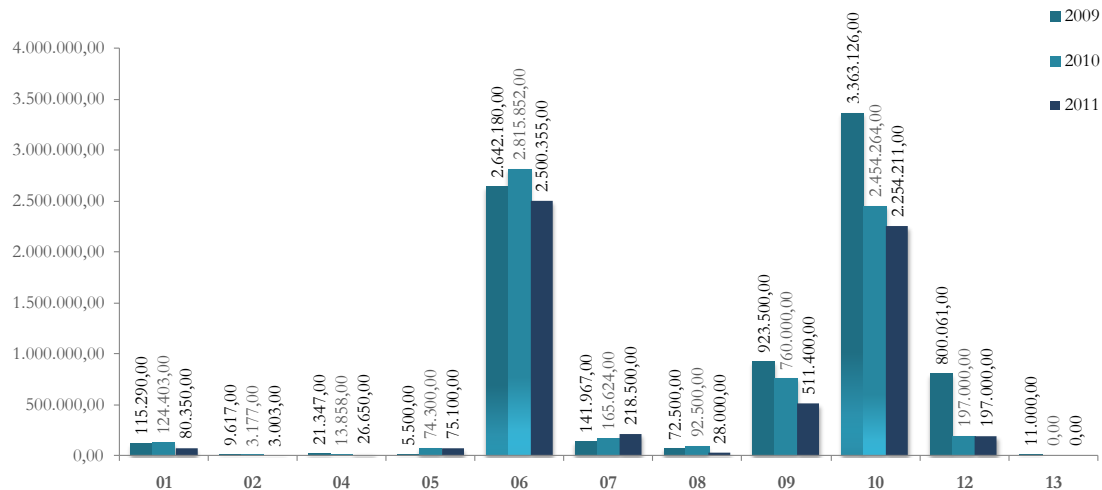
Por outro lado, as rubricas outras receitas correntes, impostos directos e venda de bens de investimento, são aquelas que apresentam maior decréscimo relativamente ao ano anterior, em percentagens que variam entre 68%, 35% e 33% respectivamente.

As receitas correntes previstas para o ano representam um decréscimo de 357 mil euros, enquanto que, nas receitas de capital a diminuição prevista é de aproximadamente 449 mil euros, num total de 806 mil euros a menos de receita global para 2011.



Tais diminuições estão justificadas, por um lado, pela diminuição de 303 mil euros nas transferências do Orçamento de Estado e por outro, pela diminuição das transferências por via de co-financiamentos aprovados nos projectos municipais, uma vez que, tais verbas foram sendo recebidas ao longo de 2010.

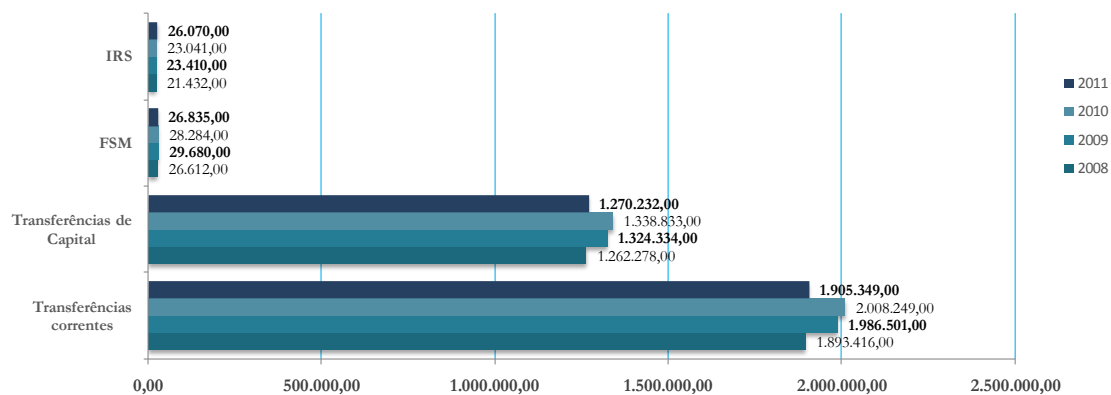
**Gráfico 5 – Distribuição da Receita ■ 2009-2011**



O OE 2010, previa inicialmente um montante de 3.532.121,00 euros em transferência para o Município de Barrancos, no entanto e com a entrada em vigor no primeiro semestre de 2010 do novo Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC 2), esta Câmara Municipal viu diminuída em 3,8 % as transferências então previstas o que representou uma diminuição de 133.714,00 euros para o Município de Barrancos já em 2010 (gráfico n.º 6 e quadro n.º 8).

A variação das transferências do OE para o Município de Barrancos, e após uma estagnação verificada nos anos 2006 e 2007, teve uma tendência de aumento nos anos subsequentes, no entanto, e devido à crise económica que afecta especialmente Portugal, vemo-nos outra vez, resignados a receber essas transferências, em montantes quase idênticos aos recebidos há 3 anos atrás, ou seja em 2008.

**Gráfico 6 – Evolução das Transferências do Estado para o Município de Barrancos ■ 2009-2011**





Para 2011, o Orçamento de Estado aprovado prevê uma diminuição de 5,1% das transferências de Estado para o Município o que representa um valor a menos no orçamento municipal de 169.921,00 euros.

**Quadro 8 – Transferências do OE para o Município de Barrancos ■ 2008-2011**

Descrição	<i>Valores em euros</i>							
	2008	var.	2009	var.	2010	var.	2011	
Transferências correntes	1.893.416,00	4,9%	1.986.501,00	1,1%	2.008.249,00	-5,1%	1.905.349,00	
Transferências de Capital	1.262.278,00	4,9%	1.324.334,00	1,1%	1.338.833,00	-5,1%	1.270.232,00	
Fundo Social Municipal	26.612,00	11,5%	29.680,00	-4,7%	28.284,00	-5,1%	26.835,00	
IRS	21.432,00	9,2%	23.410,00	-1,6%	23.041,00	13,1%	26.070,00	
<b>Transferências do OE</b>	<b>3.203.738,00</b>	<b>5,0%</b>	<b>3.363.925,00</b>	<b>1,0%</b>	<b>3.398.407,00</b>	<b>-5,0%</b>	<b>3.228.486,00</b>	
<b>Peso das Transf. do OE no O.MB</b>	<b>47%</b>		<b>41%</b>		<b>51%</b>		<b>55%</b>	

Analisando o esforço deste município na diminuição do défice público nacional, verificamos que este Município, desde 2010, já contribuiu com 8,8% para o fim acima referido. O contributo em mais de 303.635,00 euros desta Câmara para a redução da despesa global Nacional teve, como não poderia deixar de ser, um impacto negativo na evolução da redução da dívida municipal. Ora, se o pretendido foi e continua a ser a redução do défice global nacional, ou por outras palavras a redução da despesa pública, a presente medida de diminuição das transferências provoca indissociavelmente um impacto contrário à da pretendida na esfera nacional. Entenda-se, a diminuição das transferências em cerca de 134 mil euros em 2010, deixou de criar a oportunidade da diminuição da dívida nesse mesmo valor e conseqüentemente a diminuição de mais 170 mil euros em 2011, contribui também para a perda dessa mesma oportunidade.

Assim e considerando o princípio da restrição da despesa a que o Município de Barrancos é também obrigado, sendo por conseguinte restringida a possibilidade de realização de alguns investimentos, as transferências ora retiradas e/ou diminuídas, contribuiriam de facto para a diminuição da dívida municipal de curto prazo em cerca de 32% atendendo aos dados dessa dívida a 30 de Novembro de 2010 e conseqüentemente para a diminuição da dívida pública global nacional, o cumprimento das obrigações municipais bem como ajudar o mercado, repondo o capital necessário em todas aqueles que, são no fundo, os motores da economia nacional, ou seja os nossos credores, empresários e demais fornecedores de toda a função pública.



## 5. CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO À DATA DO 3.º TRIMESTRE DE 2010

### DEMONSTRAÇÃO DA CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO - 30 de Novembro de 2010

DESIGNAÇÃO	MONTANTE
1 <u>Capital em Dívida de m/l prazo</u>	2.590.498,21
2 <u>Endividamento Líquido</u>	3.785.574,48
3 <u>Capital em dívida excepcionado dos limites de endividamer</u>	887.906,34
4 <u>Capital em dívida de m/l prazo a considerar</u>	1.702.591,87
5 <u>Endividamento líquido a considerar</u>	2.914.219,29
<b>VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</b>	
(A) <u>Endividamento m/l prazo - montante em excesso</u>	-1.776.319,91
(B) <u>Endividamento líquido - montante em excesso</u>	-1.434.420,44
<b>VERIFICAÇÃO DOS LIMITES</b>	
6 <u>Limite ao endividamento de m/l prazo</u>	3.478.911,78
7 <u>Limite ao endividamento líquido</u>	4.348.639,73
<b>VALORES DISPONÍVEIS</b>	
8 <u>Valor disponível para endividamento de curto prazo</u>	347.891,18
9 <u>Valor disponível para pedido de empréstimo m/l prazo</u>	1.776.319,91
10 <u>Valor disponível para endividamento líquido</u>	1.434.420,44
<b>VALORES RELATIVOS (%)</b>	
11 <u>Valor disponível para pedido de empréstimo curto prazo</u>	100%
12 <u>Valor disponível para pedido de empréstimo m/l prazo</u>	51%
13 <u>Valor disponível para endividamento líquido</u>	33%

O Município de Barrancos apresenta à data de 1 de Dezembro de 2010, uma capacidade de endividamento de médio e longo prazo na ordem dos 51% e de 33% de endividamento líquido.

O endividamento apresentado no final de 2010, melhorou significativamente face ao início do ano, uma vez que as disponibilidades para endividamento, em todos os seus níveis, aumentou significativamente. O valor disponível para endividamento líquido passou de 809.237,17 euros em Janeiro de 2010, para 1.434.420,44 euros à data de 30 de Novembro o que representou uma melhoria na ordem dos 77%.



© MUNICÍPIO DE BARRANCOS

Câmara Municipal de Barrancos

Praça do Município, 2

7230-030 BARRANCOS

■ Telef. +351 285 950 630 ■ Fax: +351 285 950 638 ■ email: [geral@cm-barrancos.pt](mailto:geral@cm-barrancos.pt)

[www.cm-barrancos.pt](http://www.cm-barrancos.pt)